



Nota Cetad/Coest nº 053, de 27 março de 2015.

Interessado: Câmara dos Deputados.

Assunto: PL 96/2015 - Reduz a zero as alíquotas das Contribuições para o Pis/Pasep e para a Cofins incidentes nas operações de venda de gasolina de aviação.

e-processo nº 10030.000410/0315-22

A presente Nota Técnica tem por objetivo atender ao Requerimento de Informação nº 88/2015 da Câmara dos Deputados, encaminhado ao Ministro da Fazenda pelo Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 186/15, de 13 de março de 2015, e posteriormente enviado ao Secretário da Receita Federal do Brasil pelo Memorando nº 10046/AAP/GM-MF, de 16 de março de 2015, para estimar a renúncia de receita decorrente da aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 96, de 2015.

2. Em síntese, consta do texto do PL nº 96 de 2015 o seguinte:

***Art. 1º** Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas das contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de gasolina de aviação às empresas de aviação agrícola.*

***Art. 2º** As normas operacionais destinadas ao controle do cumprimento do disposto nesta Lei serão disciplinadas em regulamento próprio.*

***Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos fatos geradores ocorridos a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação desta Lei.*

3. Em sua justificação o Deputado Alceu Moreira afirma que o preço de faturamento da gasolina de aviação no estabelecimento produtor ainda é muito elevado, o que vem onerando demasiadamente os agricultores e, por via de consequência, vem contribuindo para o aumento da pressão inflacionária e para redução da competitividade de produtos agrícolas. Afirma ainda que, com a adoção da medida proposta, vislumbra-se aumento da produção agrícola em decorrência dos melhores tratamentos culturais proporcionados pelo uso mais intenso da aviação agrícola, com reflexos positivos nas receitas tributárias.

4. Em que pese o alcance da proposta do PL nº 96, de 2015, visando reduzir a zero as alíquotas das Contribuições para o Pis/Pasep e para a Cofins incidentes nas operações de venda de gasolina de aviação destinadas às empresas de aviação agrícola, cumpre informar que a incidência de tais contribuições está concentrada nas refinarias. Essa sistemática não possibilita identificar o setor econômico das pessoas jurídicas adquirentes, tampouco o volume adquirido pelas empresas de aviação agrícola. Ademais, deve-se observar que os recursos da arrecadação da Cofins têm como destinação a seguridade

social, sendo que qualquer medida que venha reduzir a arrecadação dessa contribuição afetará a programação de custeio da previdência social.

5. Não obstante esses fatos, este Centro de Estudos estimou, com base em informações obtidas do sítio da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a renúncia fiscal de PIS/COFINS com redução a zero de suas alíquotas para todas as vendas das distribuidoras de gasolina de aviação, sem levar em consideração quem seja o comprador.

6. Assim, caso a redução a zero das alíquotas de PIS/COFINS fosse direcionada às vendas das distribuidoras para todos os adquirentes, a renúncia fiscal seria de **R\$ 30,64 milhões** em 2015, sendo o valor médio mensal de **R\$ 2,55 milhões** para efeito de contagem da noventena, **R\$ 33,37 milhões** em 2016 e **R\$ 36,26 milhões** em 2017.

São as considerações que se submetem à apreciação superior.

ASSINADO DIGITALMENTE

José Geraldo Ferraz Gangana

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

De acordo. À consideração do Chefe do Cetad.

ASSINADO DIGITALMENTE

Roberto Name Ribeiro

Coordenador de Estudos do Cetad

Aprovo o conteúdo da presente nota técnica. Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil.

ASSINADO DIGITALMENTE

Claudemir Rodrigues Malaquias

Chefe do Cetad